

Relatório de Execução Orçamentária

Programa de Dispêndios Globais e Orçamento de Investimentos



6º BIMESTRE/2016

**Gerência
de
Controladoria**

I – APRESENTAÇÃO.....	5
II – LIMITES ORÇAMENTÁRIOS APROVADOS.....	6
1. RECEITAS CORRENTE E DE CAPITAL.....	6
2. DISPÊNDIOS CORRENTE E DE CAPITAL.....	6
III – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	7
1. RECEITAS TOTAIS.....	7
1.1. RECEITA PRÓPRIA.....	8
1.1.1. ANÁLISE DA MOVIMENTAÇÃO.....	10
1.2. RECEITA DE CAPITAL.....	11
2. DISPÊNDIOS TOTAIS.....	12
2.1. DISPÊNDIOS CORRENTES.....	12
2.1.1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.....	13
2.1.2. MATERIAL DE CONSUMO.....	14
2.1.3. SERVIÇOS DE TERCEIROS.....	14
2.1.4. ENCARGOS DIVERSOS.....	15
2.2. DISPÊNDIOS DE CAPITAL.....	18
3. RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	19
3.1. ANÁLISE TÉCNICA.....	19
3.2. MEDIDAS ADOTADAS.....	19
3.3. RECOMENDAÇÕES.....	20
 ANEXO I – DETALHAMENTO DOS DISPÊNDIOS CORRENTES.....	 23
ANEXO II – ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS.....	39
ANEXO III – EXECUÇÃO CONSOLIDADA RECEITA CORRENTE.....	69
ANEXO IV – GRÁFICOS – RECEITA CORRENTE.....	73
ANEXO V – GRÁFICOS – DISPÊNDIOS CORRENTES.....	79

I – APRESENTAÇÃO

O Programa de Dispêndios Globais (PDG) é um conjunto de informações econômico-financeiras das empresas estatais, sistematizadas, que tem por objetivo avaliar o volume de recursos e de dispêndios anuais desses entes, compatibilizando-o com as metas de política econômica governamental. Ele é elaborado concomitantemente com o Orçamento de Investimentos.

O PDG compreende todas as fontes de recursos e todos os dispêndios previstos para o ano de referência, no “regime de competência”, devendo guardar concordância com os registros contábeis.

Os dados do PDG são operacionalizados no Sistema de Informações das Estatais (SIEST), que interliga “on-line” a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), as empresas estatais federais e seus respectivos ministérios.

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais (OI) compreende os investimentos das empresas controladas pela União, ou seja, aquelas em que direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto, e cujas programações não constam integralmente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. O responsável pela elaboração da proposta do OI é o Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), unidade integrante da estrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no qual consolida essas propostas enviadas pelas empresas estatais, entre elas a CDRJ.

O OI abrange os gastos com aquisição de bens classificáveis no ativo imobilizado de cada empresa. Não estão incluídos nesse orçamento os bens que envolvam arrendamento mercantil – o denominado leasing – e as benfeitorias realizadas em bens da União, bem como aquelas necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos, também, pela União.

Os dados do OI são inseridos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), que é o sistema informatizado que suporta os processos de planejamento e orçamento do Governo Federal, e capta os dados para elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual, bem como os pedidos de alterações/créditos e o acompanhamento da execução orçamentária.

II – LIMITES ORÇAMENTÁRIOS APROVADOS

1 Receitas Corrente e Capital

Tabela 1 – Receita – Limites Aprovados

Em R\$

Decreto	PDG	Própria	Tesouro	Total
8.632/2015	Dotação Inicial	520.084.629	3.035.840	523.120.469
8.931/2016	Reprogramação	520.084.629	25.887.042	545.971.671

A projeção das receitas próprias para o exercício de 2016 foi aprovada no total de R\$ 520,1 milhões, projetada com base na receita realizada no exercício de 2014. Este valor não foi alterado na reprogramação do PDG.

Contudo, durante o exercício foi considerada a projeção de R\$ 379,9 milhões/ano, com base na execução de 2015, visto que nesse ano a queda no faturamento fora de aproximadamente 30% da previsão.

A Receita com recursos do Tesouro para Aumento do Patrimônio Líquido foi reprogramada em R\$ 25,9 milhões, com o ajuste dos Restos a Pagar.

Os demais recursos que complementam o PDG são: Variações do Capital de Giro, Saldo do SIAFI de Recursos e Disponível Inicial do Balanço, ajustes financeiros do Sistema SIEST/SEST.

2 Dispêndios Corrente e Capital

Tabela 2 – Dispêndios – Limites Aprovados

Em R\$

Decretos	PDG	Correntes	Capital	Total
8.632/2015	Dotação Inicial	460.668.540	163.929.902	624.598.442
8.931/2016	Reprogramação	481.460.472	158.020.803	639.481.275

O Decreto nº 8.632/2015 aprovou o PDG (Programa de Dispêndios Globais) para o exercício de 2016 em R\$ 624,6 milhões. Esse fora reprogramado para um total de R\$ 639,5 milhões, publicado pelo Decreto nº 8.931/2016 em 15/12/2016. O montante reprogramado é representado pelos Dispêndios Correntes (despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos) e Dispêndios de Capital (amortização da dívida externa e ações de investimentos com

recursos próprios e com recursos do tesouro), totalizando de R\$ 481,5 milhões e R\$ 158,0 milhões, respectivamente.

A Lei nº 13.255/2016 (LOA) aprovou o Orçamento de Investimentos da CDRJ para início da execução das ações em 14/01/2016.

III – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária da CDRJ será apresentada neste Relatório, para efeito de análise, em três grupos: Receitas Totais, Despesas Totais e Resultado Econômico-financeiro.

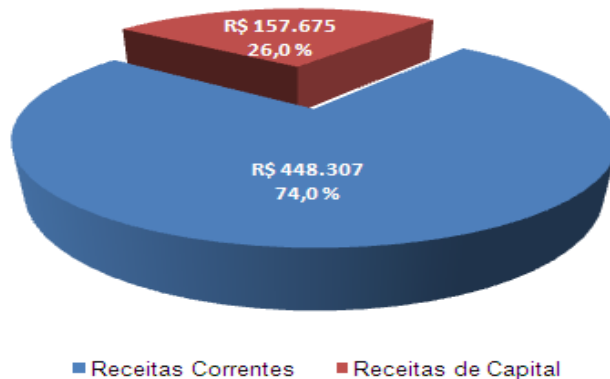
1 Receitas Totais

Os recursos disponíveis no período somaram o valor de R\$ 606,0 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo:

Tabela 3 – Distribuição da Receita Total

Receitas Correntes	448.307.786
Disponível Inicial em 2016	89.843.268
Receitas Próprias no período	358.464.518
Receitas de Capital (Tesouro)	157.674.551
Saldo Financeiro até 2015 - vinculados a Investimentos	32.112.041
Saldo Financeiro até 2015 - vinculados a Saneamento Financeiro	20.662.510
Saldo Financeiro até 2015 - vinculados à Dívida com o Portus	19.000.000
Repasse em 2016 - Dívida com o Portus	85.900.000
Receitas Totais	605.982.337

Gráfico 1 - Distribuição da Receita (em R\$ milhões)



1.1 Receita Própria (Corrente)

A execução da Receita Própria (Corrente) alcançou um faturamento de R\$ 358,5 milhões, atingindo 94% do novo valor projetado para o exercício de R\$ 379,9 milhões.

No 6º bimestre de 2016, verificou-se uma variação nominal no faturamento no Porto de Itaguaí de 2,7% em relação ao mesmo período de 2015. A análise desse desempenho fica prejudicada em virtude de que, por determinação de autoria externa, parte do faturamento emitido em jan/15 foi transferido para dez/14, em atendimento ao regime de competência contábil, no valor de R\$ 18,2 milhões.

No Porto do Rio de Janeiro, o faturamento apresentou um aumento de 2,7% em relação ao mesmo período de 2015. Os portos de Niterói e Angra dos Reis registraram uma variação nominal de -6,6% e 24,5%, respectivamente, também comparado a 2015, contudo com baixo impacto na receita total.

Tabela 4 – Receita Total Faturada

	Em R\$ mil				
	jan-dez 2015	jan-dez 2016	Diferença	Variação	
				Nominal	Real
Receita Total Faturada	359.847	358.465	-1.383	-0,4%	-6,3%
Rio de Janeiro	157.395	161.612	4.216	2,7%	-3,4%
Niterói	6.737	6.293	-443	-6,6%	-12,1%
Angra dos Reis	4.310	5.365	1.056	24,5%	17,1%
Itaguaí	152.321	156.402	4.082	2,7%	-3,4%
Sede	39.085	28.792	-10.294	-26,3%	-30,7%

Nota: Para cálculo da variação real, utilizou-se como deflator o IPCA - mês de referência 12/2016.

Quadro 1 - CDRJ - Faturamento por Contrato – 2016

	<i>Previsão/2016 (A)</i>	<i>Faturado no 6º bimestre</i>	<i>Faturado até dez (B)</i>	<i>% Exec B/A</i>
<i>Sede</i>				
<i>Recuperação de vencimentos</i>	25.938.189	8.031.269	28.791.782	111,0
<i>Receitas Diversas</i>	15.655.130	0	0	0,0
<i>Total SEDE</i>	41.593.319	8.031.269	28.791.782	69,2
<i>Porto do Rio</i>				
<i>Cais Público</i>	81.763.136	13.111.560	70.542.961	86,3
<i>Moinho Cruzeiro Sul</i>	1.257.043	889.355	2.064.753	164,3
<i>Multi-Rio</i>	35.708.304	3.486.043	42.613.555	119,3
<i>Libra Terminal Rio</i>	7.679.825	243.447	8.715.345	113,5
<i>Multi-Car Terminal Veículos</i>	6.899.132	1.270.103	7.199.008	104,3
<i>Pier Mauá</i>	2.800.864	0	3.661.889	130,7
<i>Triunfo</i>	7.854.635	2.618.302	10.333.360	131,6
<i>Terminais Privativos</i>	22.025.582	3.434.718	16.480.880	74,8
<i>Total do SUPRIO</i>	165.988.521	25.053.529	161.611.751	97,4
<i>Porto de Niterói</i>				
<i>Cais Publico</i>	4.365.834	717.986	3.227.869	73,9
<i>Terminal 1 – Nitport</i>	721.538	211.243	807.160	111,9
<i>Terminal 2 – Nitshore</i>	2.017.169	401.914	2.258.320	112,0
<i>Total GERNIT</i>	7.104.541	1.331.143	6.293.349	88,6
<i>Porto de Angra dos Reis</i>				
<i>Cais Público</i>	1.212.593	617.966	1.858.265	153,2
<i>Terminal Arrendado-TPAR</i>	3.332.258	584.276	3.507.209	105,3
<i>Terminais Privativos</i>	0	0	0	0,0
<i>Total GERANG</i>	4.544.851	1.202.242	5.365.474	118,1
<i>Porto de Itaguaí</i>				
<i>Cais Publico</i>	4.750.206	2.109.904	11.344.946	238,8
<i>Terminais Arrendados</i>	155.887.034	20.342.336	145.057.217	93,1
<i>CSN</i>	109.055.769	14.343.212	100.868.143	92,5
<i>Sepetiba Tecon</i>	2.589.598	65.568	1.506.249	58,2
<i>CPBS</i>	44.241.667	5.933.556	42.682.825	96,5
<i>Terminais Privativos</i>	0	0	0	0,0
<i>Total ITAPOR</i>	160.637.241	22.452.241	156.402.163	97,4
<i>TOTAL GERAL</i>	379.868.472	58.070.423	358.464.519	94,4

1.1.1 Análise da Movimentação

Gráfico 2 – Receita Faturada – RIOPOR – bimestral

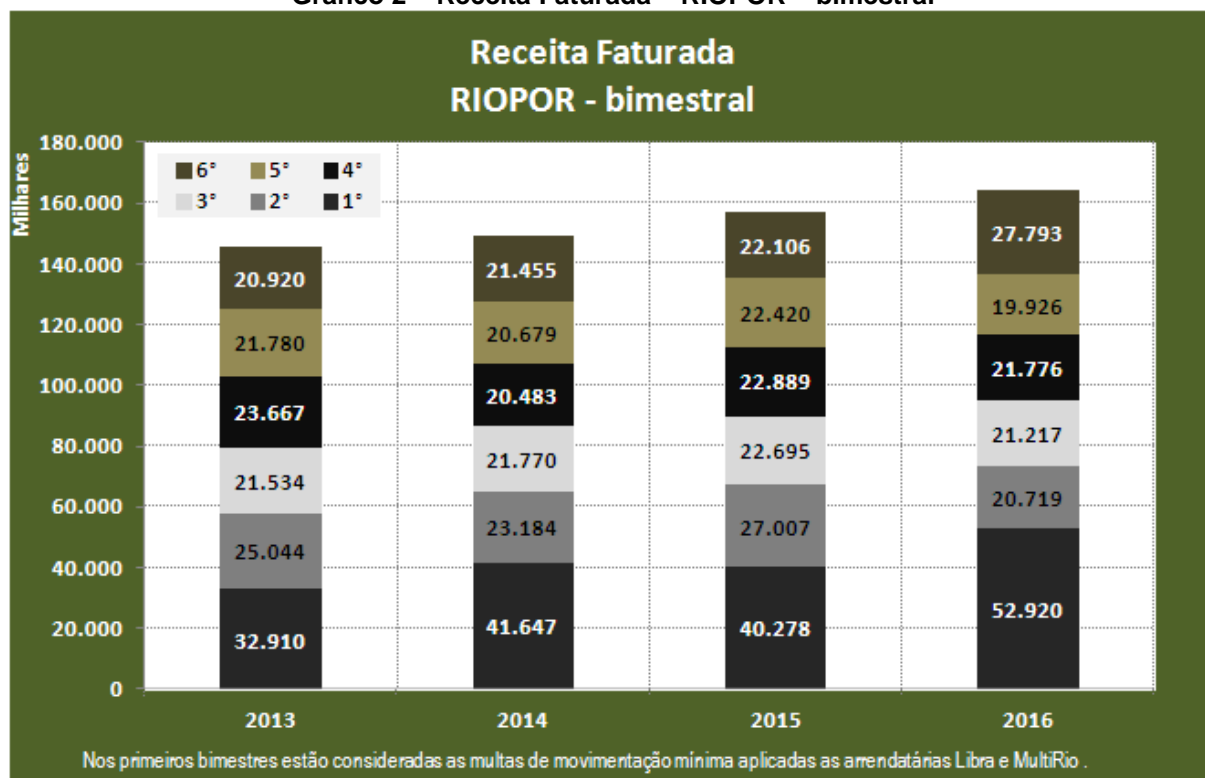
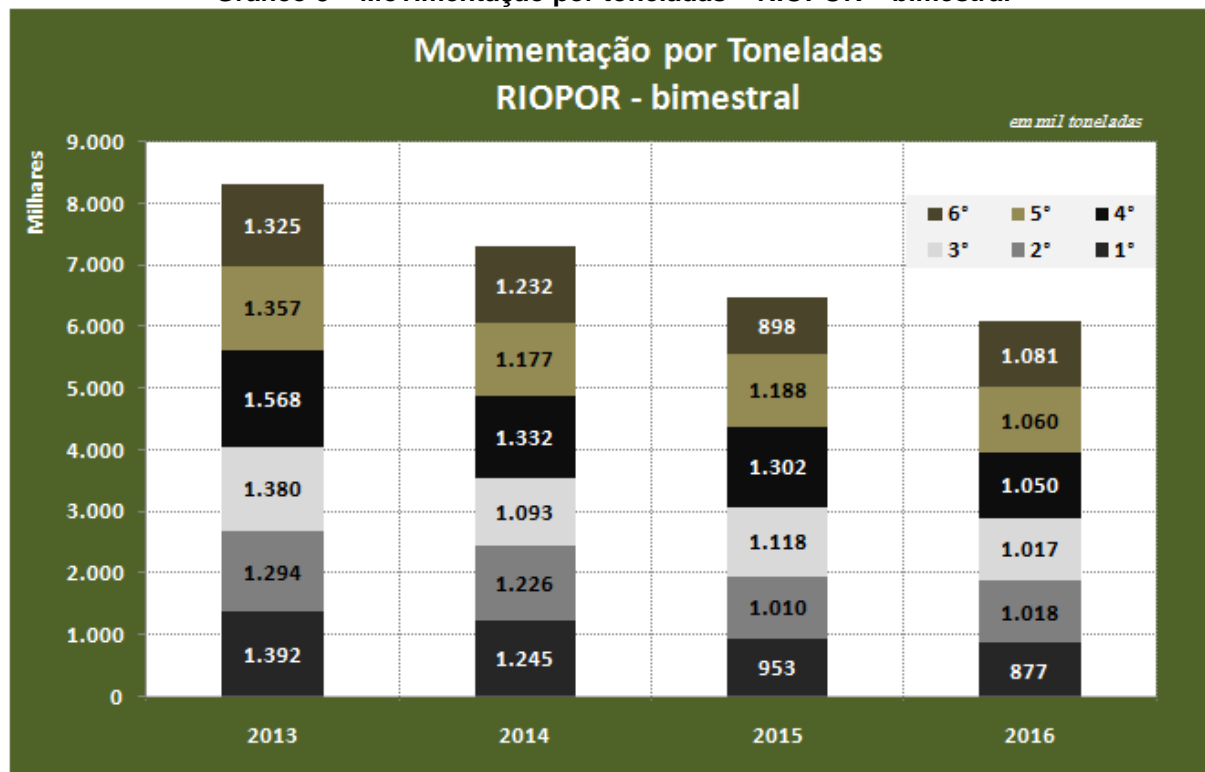


Gráfico 3 – Movimentação por toneladas – RIOPOR – bimestral



Dados: SESTAT/CDRJ

Gráfico 4 – Receita Faturada – ITAPOR – bimestral

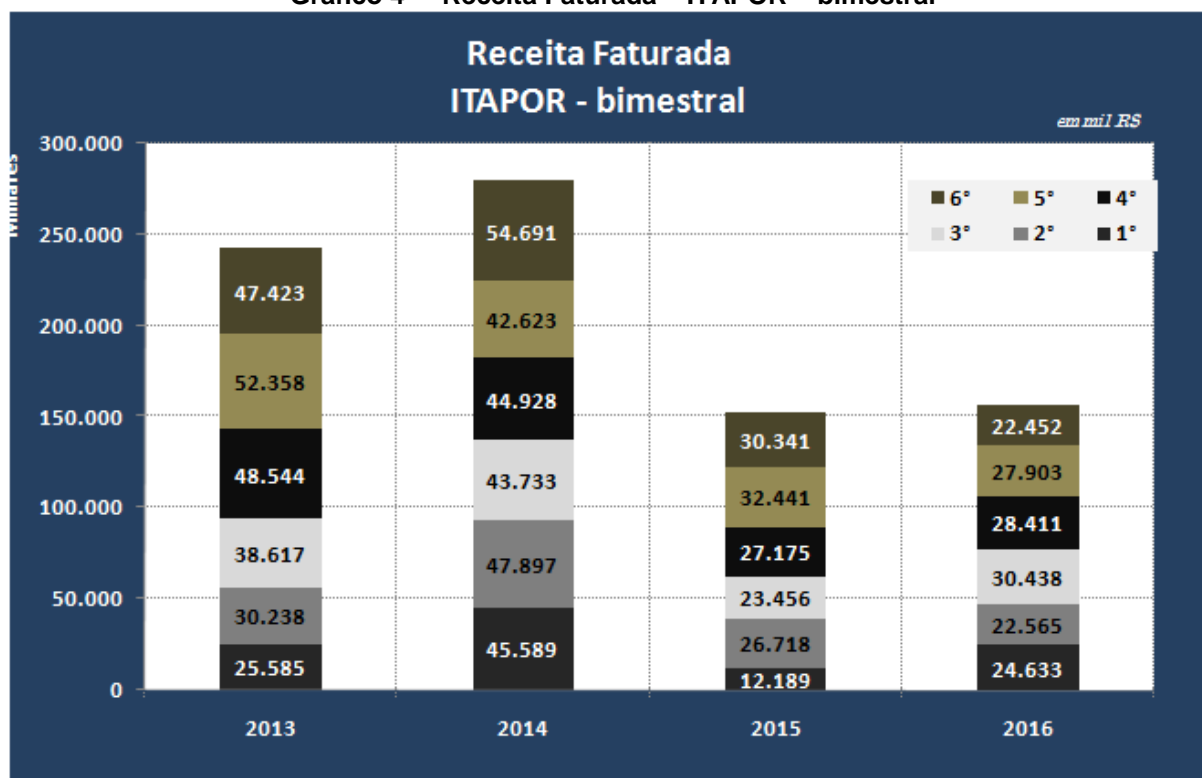
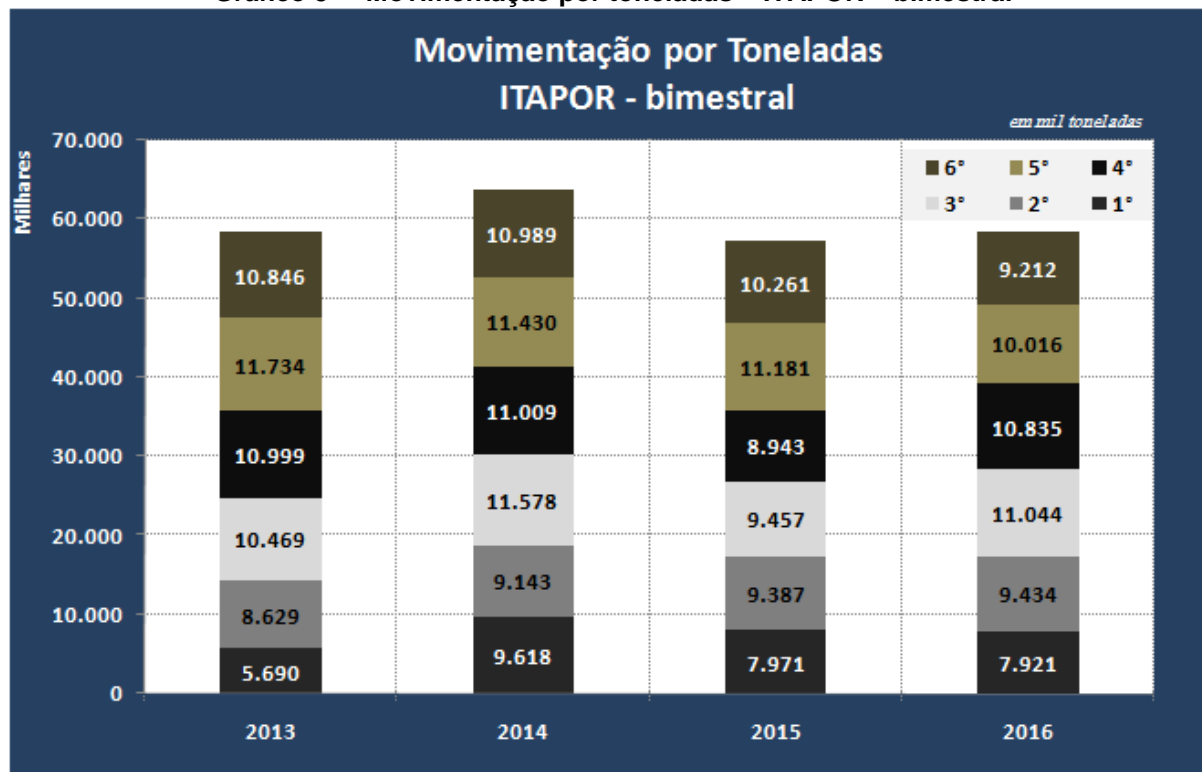


Gráfico 5 – Movimentação por toneladas – ITAPOR – bimestral



Dados: SESTAT/CDRJ

O Porto do Rio de Janeiro encerrou o exercício uma movimentação de 6,1 milhões de toneladas, 17,1% abaixo da média observada no mesmo período dos últimos três anos (2013-2015) de 7,4 milhões de toneladas, e apresentou uma redução no faturamento de 3,1% em relação a 2015.

O Porto de Itaguaí encerrou o exercício com uma movimentação de 58,5 milhões de toneladas, 2,2% abaixo da média observada nos últimos três anos (2013-2015) de 59,8 milhões de toneladas e 2,2% acima em relação a 2015. Apresentou, ainda, uma variação positiva no faturamento de 2,6% em relação a 2015.

**Quadro 2 – Movimentação de minério de ferro no Porto de Itaguaí.
(em toneladas)**

TERMINAL	Carga	1ºbim	2ºbim	3ºbim	4ºbim	5ºbim	6ºbim	Total
CONGONHAS CPBS	Minério de	3.893.438	5.682.460	6.391.607	5.756.538	5.371.728	4.581.990	31.677.761
	Ferro	3.090.824	2.925.172	3.743.745	4.436.645	3.510.651	3.510.894	21.217.931
	Total	6.984.262	8.607.632	10.135.352	10.193.183	8.882.379	8.092.884	52.895.692

Fonte: Gerência de Inteligência de Mercado e Estatística.

1.2 Receitas de Capital (Tesouro)

A Receita com recursos do Tesouro para Aumento do Patrimônio Líquido aprovados na LOA/2016 (Orçamento de Investimentos) foi de R\$ 25,9 milhões.

Houve um repasse de R\$ 85,9 milhões para pagamento da Dívida do Portus, não previsto no Decreto 8.632/2015 (PDG), referente à autorização para aumento de capital dada na Lei 13.068/2014.

2 Dispêndios Totais

A realização dos Dispêndios Orçamentários Totais, compostos pelos Dispêndios Correntes e de Capital, somaram R\$ 535,5 milhões, contra R\$ 413,0 milhões relativos a 2015, apresentando um acréscimo nominal de 29,7%, alavancado pelo aumento dos Dispêndios de Capital. O desempenho real dos Dispêndios Totais reflete um acréscimo de 22,0%.

Tabela 5 – Dispêndios Correntes

	Em R\$ mil				
	jan-dez 2015	jan-dez 2016	Diferença	Variação	
				Nominal	Real
Dispêndios Totais	412.986	535.465	122.479	29,7%	22,0%
Dispêndios Correntes	412.604	399.184	-13.420	-3,3%	-9,0%
Dispêndios de Capital	382	136.281	135.899	35570,6%	33462,8%

Nota: Para cálculo da variação real, utilizou-se como deflator o IPCA - mês de referência 12/2016.

2.1 Dispêndios Correntes (Custeio)

Classificam-se na categoria de Despesas Correntes todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, tais: como folha de pagamento de pessoal e encargos sociais, materiais para estoque de almoxarifado, dispêndios indiretos com pessoal, manutenção e conservação de bens, publicações e publicidade, utilidades e serviços, tributos, bloqueios judiciais cíveis e trabalhistas, aluguéis, entre outros.

Os Dispêndios Correntes apresentaram um decréscimo real de 9,0% em relação a 2015, executando R\$ 399,2 milhões.

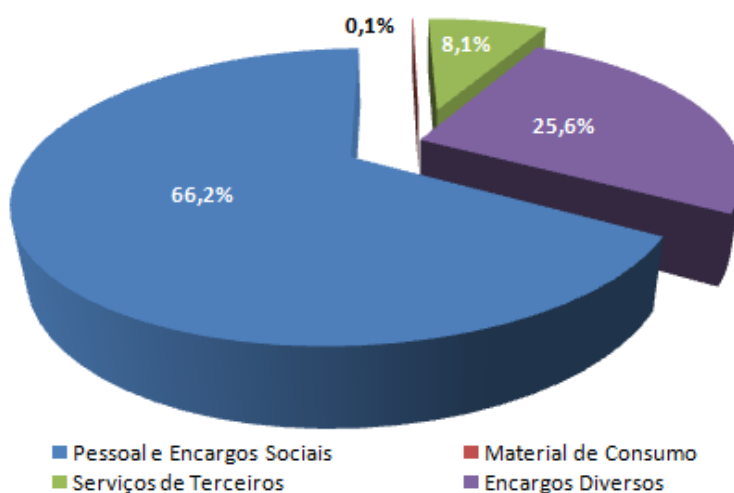
Tabela 6 – Dispêndios Correntes

	Em R\$ mil				
	jan-dez 2015	jan-dez 2016	Diferença	Variação	
				Nominal	Real
Dispêndios Correntes	412.604	399.184	-13.420	-3,3%	-9,0%
Pessoal e Encargos Sociais	235.588	264.351	28.763	12,2%	5,6%
Material de Consumo	451	351	-100	-22,2%	-26,8%
Serviços de Terceiros	32.872	32.154	-718	-2,2%	-8,0%
Encargos Diversos	143.693	102.328	-41.365	-28,8%	-33,0%

Nota: Para cálculo da variação real, utilizou-se como deflator o IPCA - mês de referência 12/2016.

Na composição desse gasto, as despesas correntes com maior relevância foram no grupo de Pessoal, com 66,2% do total realizado.

Gráfico 6 – Dispendios Correntes



2.1.1 Pessoal e Encargos Sociais

Dotação aprovada de R\$ 275,0 milhões. Executados R\$ 264,4 milhões, correspondendo a 96,1% do total aprovado para o grupo.

Os Dispendios com Pessoal e Encargos Sociais registrou um crescimento nominal de 12,2%. Entretanto, quando a comparação é realizada considerando a inflação do período, verifica-se um aumento de 5,6%.

Tabela 7 – Pessoal e Encargos Sociais

	Em R\$ mil				
	jan-dez 2015	jan-dez 2016	Diferença	Variação	
				Nominal	Real
Pessoal e Encargos Sociais	235.588	264.351	28.763	12,2%	5,6%
Vencimentos e Honorários	53.012	60.969	7.957	15,0%	8,2%
Comissão por Função	5.141	4.966	-175	-3,4%	-9,1%
Horas Extras	9.798	11.893	2.094	21,4%	14,2%
Outros Adicionais	16.723	19.071	2.348	14,0%	7,3%
Gratificações Extraordinárias	27.588	28.519	931	3,4%	-2,7%
Encargos Sociais	51.146	69.645	18.500	36,2%	28,1%
Benefícios Sociais	38.447	45.481	7.034	18,3%	11,3%
Complem. de Aposentadoria	33.733	23.807	-9.926	-29,4%	-33,6%

Nota: Para cálculo da variação real, utilizou-se como deflator o IPCA - mês de referência 12/2016.

A complementação de aposentadoria registrou uma variação real negativa de 33,6%, decorrentes do reenquadramento e respectivos atrasados iniciados em fev/15. Já os encargos sociais registraram acréscimo real de 28,1%.

2.1.2 Material de Consumo

Executado R\$ 350,7 mil (ver tabela 6). Apresentou baixa execução de 26,7% em relação ao limite aprovado e uma variação real de -26,8% em relação a 2015.

2.1.3 Serviços de Terceiros

Em *Serviços de Terceiros*, foram executados R\$ 32,1 milhões, com uma variação nominal negativa de 2,2%, referente ao mesmo período do ano passado. As despesas foram distribuídas entre os subgrupos conforme tabela abaixo:

Tabela 8 – Serviços de Terceiros

	jan-dez 2015	jan-dez 2016	Diferença	Em R\$ mil Variação	
				Nominal	Real
Serviços de Terceiros	32.872	32.154	-718	-2,2%	-8,0%
Serviços Técnicos/Assessoria	11.003	10.218	-785	-7,1%	-12,6%
Manutenção e Conservação	6.434	7.094	661	10,3%	3,8%
Disp. Indiretos Pessoal Próprio	14.344	14.017	-327	-2,3%	-8,1%
Demais Serviços Terceiros	1.092	825	-266	-24,4%	-28,9%

Nota: Para cálculo da variação real, utilizou-se como deflator o IPCA - mês de referência 12/2016.

2.1.4 Encargos Diversos

Dotação aprovada de R\$ 156,2 milhões, com relevância aos bloqueios judiciais cíveis e trabalhistas e Tributos e Encargos Parafiscais.

Executados R\$ 102,3 milhões, que representa 65,5% da dotação aprovada para o grupo. Apresentou um decréscimo nominal de 28,8% em relação a 2015.

Tabela 9 – Encargos Diversos

	Em R\$ mil				
	jan-dez	jan-dez	Diferença	Variação	
	2015	2016		Nominal	Real
Encargos Diversos	143.693	102.328	-41.365	-28,8%	-33,0%
Utilidades e Serviços	5.793	6.777	984	17,0%	10,1%
Tributos e Encargos Parafiscais	34.403	31.620	-2.783	-8,1%	-13,5%
Dívida Judicial Trabalhista	28.339	24.304	-4.035	-14,2%	-19,3%
Dívida Judicial Portus	47.722	31.448	-16.274	-34,1%	-38,0%
Aluguéis	2.567	2.587	19	0,8%	-5,2%
Multas e Enc. Financeiros	626	425	-201	-32,1%	-36,1%
Demais Dispendios Correntes	24.242	5.167	-19.076	-78,7%	-79,9%

Nota: Para cálculo da variação real, utilizou-se como deflator o IPCA - mês de referência 12/2016.

Segue abaixo a discriminação dos subgrupos e as respectivas execuções.

2.1.4.1 Utilidades e Serviços, Tributos e Encargos Parafiscais

Utilidades e Serviços – Valores executados de R\$ 6,8 milhões (91,1% do aprovado para o subgrupo), estando acima da margem prevista. Apresentou uma variação nominal de 17,0% em relação a 2015. Ajustado a inflação, a variação real ficou em 10,1%.

Tributos e Encargos Parafiscais – Executados R\$ 31,7 milhões (80,8% do total aprovado para o subgrupo).

Abaixo do previsto devido, principalmente, pela não-execução dos Impostos sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e pela diminuição dos impostos vinculados a receita (PIS e COFINS).

2.1.4.2 Dívida Judicial

Dívida Judicial Trabalhista – Dotação aprovada de R\$ 30 milhões, com uma execução de R\$ 24,3 milhões. A execução representa, principalmente, aos bloqueios direto na conta-corrente da CDRJ. Apresentou uma variação real negativa de 19,3%.

Dívida Judicial Portus – Executado R\$ 31,4 milhões e referem-se somente a bloqueios direto na arrecadação dos processos com o Instituto Portus. Comparado ao mesmo período de 2015, esse subgrupo registrou uma variação real negativa de 38,0%.

2.1.4.3 Outros Dispendios Correntes

Demais Dispendios Correntes – Executados R\$ 5,2 milhões, representando 15,3% da Dotação aprovada de R\$ 34 milhões. Nesse Grupo classificam-se as seguintes despesas: Desp. Miúdas, Restituições e Indenizações Cíveis, Despesas Legais, Seguros de Bens e Contratos de Cessão de Crédito.

Aluguéis – Executados R\$ 2,6 milhões. Apresentou uma variação real de -5,6%. Registrados os contratos de características continuadas: Viaturas, Equip. Radio Telec. e Telefonia, Sistema de Segurança Eletrônica, Maquinas Copiadoras, Sanitários Químicos e Imóveis.

Multas e Encargos Financeiros – Executados R\$ 425,0 mil, representando 51,9% da Dotação aprovada de R\$ 820 mil. Variação nominal negativa de 32,1%.

(Anexo I, detalhamento dos Dispendios Correntes).

2.2 Dispendios de Capital (Orçamento de Investimentos)

O Orçamento de Investimento da CDRJ foi fixado pela Lei nº 13.255, de 14/01/2016 – LOA/2016. Após os ajustes, encerrou o exercício com o valor de R\$ 103.020.803.

A execução do Orçamento de Investimento totalizou R\$ 32,5 milhões ou 31,5% do total da dotação aprovada, conforme observado no quadro a seguir.

Tabela 10 – Orçamento de Investimento 2016

FONTE DE FINANCIAMENTO	LOA/2016	Ajustes	Lei+Créditos	Disponível	Compromissado	Realizado
2016	108.452.762	-5.431.959	103.020.803	59.976.505	48.654.857	32.545.920
Recursos Próprios	45.021.720	0	45.021.720	27.864.464	26.428.713	25.264.087
Geração Própria	45.021.720	0	45.021.720	27.864.464	26.428.713	25.264.087
Recursos Tesouro	132.230.633	-54.791.171	77.439.462	32.112.041	22.226.144	7.281.833
Recursos Tesouro Direto	3.035.840	2.108.242	927.598	0	0	0
Saldo Financeiro	60.872.342	-28.760.301	32.112.041	32.112.041	17.685.903	7.281.833
Restos a Pagar	0	24.959.444	24.959.444	0	4.540.241	0
Total geral	108.452.762	-5.431.959	103.020.803	59.976.505	48.654.857	32.545.920

(Anexo II, detalhamento do Orçamento de Investimentos).

3 Resultado Econômico-Financeiro

3.1 Análise Técnica

As receitas correntes (próprias) somaram o valor de R\$ 358,5 milhões, sendo R\$ 319,4 milhões em Receitas Operacionais, R\$ 10,3 milhões em Receitas Não-Operacionais e R\$ 28,8 milhões em Recuperação de Vencimentos.

Os dispêndios foram corretamente aplicados quanto à apropriação orçamentária pelo regime de competência, guardando concordância com os registros contábeis, consoante o Manual Técnico de Orçamento do DEST/MP. As despesas executadas com custeio e investimentos com recursos próprios somaram R\$ 424,4 milhões, apresentando um resultado orçamentário negativo de R\$ 65,9 milhões.

O déficit orçamentário no período é compensado com o Disponível Inicial de 2016 (Final de 2015) de R\$ 89,8 milhões e saldo financeiro no SIAFI de Recursos do Tesouro para Saneamento Financeiro (Custeio) da CDRJ de R\$ 20,7 milhões. Logo, verificou-se a utilização das reservas financeiras para cobertura das despesas efetivamente executadas (R\$ 424,4 milhões).

3.2 Medidas Adotadas:

- ✓ Busca pelas áreas operacional e marketing, quanto a perspectiva de entrada de novos recursos;
- ✓ Acompanhamento da evolução mensal das receitas correntes por parte da Gerência de Controladoria, visando observar a tendência de execução concomitante do faturamento e da arrecadação;
- ✓ Aprovado pela Diretoria Administrativo Financeiro o contingenciamento total das dotações constantes no PDG/2016, em virtude da brusca queda de receita observada a partir do segundo semestre de 2015, em especial do Porto de Itaguaí, condicionando à Diretoria Executiva o descontingenciamento orçamentário para novas contratações e/ou repactuações contratuais, analisadas caso a caso, no intuito de buscar o equilíbrio orçamentário e reserva financeira para o exercício de 2017.

3.3 – Recomendações

Recomendou-se às Unidades Gestoras (UG) o planejamento e o acompanhamento financeiro/orçamentário das contas sob sua responsabilidade, permitindo o perfeito atendimento das despesas constantes em suas metas de gestão, informando à SUPFIN/GERCOL quando oportuno ou solicitado, a necessidade de execução de despesas não previstas no PDG aprovado, evitando o desequilíbrio orçamentário e impasses legais que travam a execução ou a iniciação de contratações diversas.

Solicitou-se o envolvimento das respectivas unidades gestoras geradoras de despesas quanto ao cumprimento das metas orçamentárias estabelecidas para Companhia, principalmente nas que recai a fiscalização dos órgãos de controle do governo (TCU / CGU / DEST) cobrando justificativas de sua não execução.

Alertou-se que, de acordo com as normas gerais de Finanças Públicas (Lei 4.320/64) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2001) é vedada a assunção de despesas sem a contrapartida de recursos (valor orçamentário aprovado) que as atendam. E que, conforme o art. 14 da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993) rege que “Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização do seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa”.

Quadro 3 – Resumo da Execução do PDG/2016

QUADRO RESUMO EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/2016

I - Dispêndios

Execução Orçamentária - 2016 (janeiro a dezembro)	Dotação Aprovada Ofício nº 76.383/2016-MP (A)	COMPROMISSADO (B)	DIFERENÇA (A) - (B)	% (B)/(A)	Realizado (jan a dez) (C)	% (C)/(A)
DESPESA						
1 DISPÊNDIOS CORRENTES	481.460.470	423.576.173	57.884.297	88	399.184.095	83
PESSOAL	275.070.031	275.070.031	0	100	264.350.864	96,1
MAT. CONSUMO	1.314.400	583.969	730.431	44	350.745	26,7
SERV. TERCEIROS	48.906.893	37.278.240	11.628.653	76	32.154.328	65,7
UTIL. SERVIÇOS	7.436.512	6.999.164	437.348	94	6.777.495	91,1
TRIB. ENC. PARAFISCAIS	39.154.035	39.031.964	122.071	100	31.620.207	80,8
JUROS DE FINANC.	842.335	0	842.335	0	0	0,0
ALUGUÉIS	3.319.362	2.791.929	527.433	84	2.586.542	77,9
MULTAS E ENCARGOS FINANC	819.642	589.025	230.617	72	425.156	51,9
DIVIDA JUDICIAL TRABALHISTA	30.000.000	24.324.633	5.675.367	81	24.303.666	81,0
DIVIDA JUDICIAL PORTUS	40.757.665	31.448.307	9.309.358	77	31.448.307	77,2
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	33.839.595	5.458.911	28.380.684	16	5.166.785	15,3
2 DISPÊNDIOS DE CAPITAL	158.020.803	152.390.051	5.630.752	96	136.281.113	86
AMORTIZAÇÃO	0	0	0	0	0	0
INVESTIMENTOS	103.020.803	48.654.858	54.365.945	47	32.545.920	31,6
Recursos Proprios	45.021.720	26.428.713	18.593.007	59	25.264.087	56,1
Recursos do Tesouro	57.999.083	22.226.145	35.772.938	38	7.281.833	13
1- Recursos - 2016	927.598	0	927.598	0	0	0
2- Exerc Anterior/Restos a Pagar	24.959.444	4.540.241	20.419.203	18	0	0
2-Saldo Financeiro Exerc Anteriores	32.112.041	17.685.903	14.426.138	55	7.281.833	23
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	55.000.000	103.735.193	-48.735.193	189	103.735.193	189
I - TOTAL DAS DESPESAS	639.481.273	575.966.224	63.515.049	90	535.465.208	84

II - Receitas

	Dotação Aprovada Ofício nº 76.383/2016-MP (A)	Faturado (B)	Diferença (A-B)	%	Arrecadado	%
RECEITA						
RECEITAS CORRENTES	520.084.629	358.464.518	161.620.111	69	261.664.201	50
1 REC. OPERACIONAL	450.509.584	319.386.598	131.122.986	71	225.702.193	50
2 REC. NÃO OPERAC.	46.261.004	10.286.138	35.974.866	22	13.579.651	29
Aluguéis	11.964.559	9.293.421	2.671.138	78	0	0
Outras não Operacionais	34.296.445	992.717	33.303.728	3	13.579.651	40
3 RECUPERAÇÃO VENCIMENTOS	23.314.041	28.791.782	-5.477.741	123	22.382.357	96
RECEITAS DE CAPITAL	25.887.042	85.900.000	-60.012.958	332	85.900.000	332
4 REC. AUM. PATRIMONIO LÍQUIDO	25.887.042	85.900.000	-60.012.958	332	85.900.000	332
PUC - Orçamento Investimentos/Tesouro Direto	927.598	0	927.598	0	0	0
PUC - Orçamento Investimentos/Restos a Pagar	24.959.444	0	24.959.444	0	0	0
PUC - Outras Rec. de Capital (Portus)	0	85.900.000	-85.900.000	0	85.900.000	0
VAR CAP GIRO / VAR DISPONÍVEL	93.509.602	161.617.819	-68.108.217	173	161.617.819	173
Saldo inicial Balanço - Rec. Próprios	49.424.816	89.843.268	-40.418.452	182	89.843.268	182
Saldo SIAFI - Rec. do Tesouro	0	71.774.551	-71.774.551	0	71.774.551	0
Orç. Investimentos - Saldo Financeiro em 31/12/15	0	32.112.041	-32.112.041	0	32.112.041	0
Saneamento - Saldo Financeiro em 31/12/15	0	20.662.510	-20.662.510	0	20.662.510	0
Repasse em 2015 - p/ Pagamento ao Portus	0	19.000.000	-19.000.000	0	19.000.000	0
Variação Capital de Giro	44.084.786	0	44.084.786	0	0	0
II -TOTAL DOS RECURSOS	639.481.273	605.982.337	33.498.936	95	509.182.020	80
Variação de Execução [II (B) - I (C)]		70.517.129				

Quadro 4 - PDG/2016 – Usos e Fontes.

Execução Orçamentária - 2016 (janeiro a dezembro)									
FONTES				USOS					
	Dotação Aprovada Ofício n° 76.383/2016- MP	Rec. Executada	%		Dotação Aprovada Ofício n° 76.383/2016- MP	Desp Empenhada	%	Desp Executada	%
Receita Própria	520.084.629	358.464.518	68,9	Pessoal	275.070.031	264.699.032	62,3	264.350.864	62,3
Sub	520.084.629	358.464.518	68,9	Material de Consumo	1.314.400	350.745	0,1	350.745	0,1
				Serviços Terceiros	48.906.893	32.260.788	7,6	32.154.328	7,6
				Utilidades Serviços	7.436.512	6.839.812	1,6	6.777.495	1,6
				Tributos	39.154.035	31.620.207	7,4	31.620.207	7,4
Rec Tes Sd Finan Ex. Ant. (2015)-custeio	0	39.662.510	0,0	Juros da Dívida Externa	842.335	0	0,0	0	0,0
				Dívida Judicial Portus	40.757.665	31.448.307	7,4	31.448.307	7,4
				Dívida Jud. Trabalhista	30.000.000	24.305.863	5,7	24.303.666	5,7
Disponível Inicial	49.424.816	89.843.268		Outros Disp Correntes	37.978.599	8.178.483	1,9	8.178.483	1,9
Varição Cap. Giro	44.084.786	0		Sub (1)	481.460.470	399.703.237	94,1	399.184.095	94,0
				Invest Rec Proprios	45.021.720	25.264.087	5,9	25.264.087	6,0
				Sub (2)	45.021.720	25.264.087	5,9	25.264.087	6,0
Total Receitas	613.594.231	487.970.296	79,5	Total Desp Custeio e Invest Proprios	526.482.190	424.967.324	100,0	424.448.182	100,0
Investim - Rec Tes - LOA 2016	927.598	0	0,0	Inv Rec Tes - LOA 2016	927.598	0	0,0	0	0,0
Investim - Tes Sd Finan Ex. Ant.	0	32.112.041	0,0	Inv Tes Sd Finan Ex. Ant.	32.112.041	7.281.833	6,6	7.281.833	6,6
Investim - Restos a Pagar	24.959.444	0	0,0	Investim - Restos a Pagar	24.959.444	0	0,0	0	0,0
Outros Recursos Capital	0	85.900.000	0,0	Outros Dispendios de Capital	55.000.000	103.735.193	93,4	103.735.193	93,4
Total Outros Recursos	25.887.042	118.012.041	455,9	Total Investimentos	112.999.083	111.017.026	100,0	111.017.026	100,0
Total do Exercício	639.481.273	605.982.337	94,8	Total do Exercício	639.481.273	535.984.350		535.465.208	

Gráfico 7 – Receita Corrente x Despesa Corrente

